ZH ZERO HORA

Publicado em 30/09/2022 - 05:54

Capital terá passe livre no domingo de eleição

Primeiro turno terá passe livre

Após polêmica que levou Defensoria Pública a acionar a Justiça, acordo restabelece deslocamentos de graça em Porto Alegre

ANDRÉ MALINOSKI
andre.malinoski@zerohora.com.br

Eleitores de Porto Alegre terão direito ao passe livre nos ônibus municipais para irem votar no primeiro turno das eleições neste domingo. O acesso foi restituído ontem por decorrência de um acordo envolvendo a prefeitura da Capital, a Câmara de Vereadores e o Ministério Público estadual. A concessão do benefício, contudo, não estava assegurada até a quarta-feira, quando a Defensoria Pública do Estado acionou a Justiça questionando a validade de lei municipal que retirou os dias de votação das datas em que o passe livre pode ser aplicado. A decisão será oficializada pela prefeitura por meio de um decreto a ser publicado hoje.

A mudança na legislação que ocasionou a indisponibilidade do passe livre para este dia 2 de outubro ocorreu no final do ano passado. A alteração foi proposta pelo prefeito Sebastião Melo e aprovada pela maioria dos vereadores. De acordo com a regra, o benefício passou a ser permitido em apenas duas circunstâncias, no feriado da padroeira Nossa Senhora dos Navegantes e nos Dias D das campanhas de vacinação.

Ontem, depois da movimentação provocada pelo ajuizamento da ação pela Defensoria, uma decisão restabeleceu o acesso ao transporte coletivo gratuito para os eleitores. O acordo que possibilita a retomada do passe livre no domingo foi selado durante encontro entre o prefeito Sebastião Melo, o presidente da Câmara de Vereadores, Idenir Cecchim, e o procurador-geral de Justiça do Estado, Marcelo Dornelles. A reunião ocorreu na sede do Ministério Público.

Conforme a deliberação, os usuários terão de apresentar carteira de identidade ou título de eleitor para terem direito ao deslocamento. O passe livre será válido das 7h às 19h de domingo.

Embora a decisão decorrente do acordo tenha contemplado o pedido feito pela Defensoria Pública, a ação civil que contesta a validade da lei vigente continua tramitando na Justiça. O processo foi distribuído para a 7ª Vara de Fazenda Pública de Porto Alegre e está sob a análise da juíza Marilei Lacerda Menna.

O encaminhamento resultante das tratativas realizadas ontem não gera alteração no atual ordenamento legal e terá efeito somente sobre a votação de primeiro turno.

Segundo Sebastião Melo, está sendo avaliada a possibilidade de apresentação de um projeto de lei para que o passe livre possa ser aplicado também no segundo turno do pleito.

CAMILA HERMES, BD, 18/07/2022

Depois de 28 anos e 12 eleições, os porto-alegrenses ficariam sem o transporte gratuito neste 2 de outubro

Pacificação

Durante e após a reunião, os participantes recorreram ao termo "pacificação" para qualificar a mobilização que envolveu Executivo, Legislativo e Ministério Público em torno do tema.

– Estamos chamando de passe livre aos necessitados. Os vencedores são os cidadãos que vão votar no domingo – descreveu o procurador-geral Marcelo Dornelles, que deu início aos pronunciamentos posteriores à reunião dizendo que a ideia foi construída tendo como foco as "pessoas que realmente precisam do transporte público".

O prefeito da Capital, por sua vez, buscou destacar o empenho das instituições públicas em manter aberta uma linha de diálogo sobre a questão.

– Havia 12 passes livres e se entendeu que deveríamos ter dois passes livres no processo (*vacinação e Nossa Senhora dos Navegantes*). Em nome da pacificação, sou um democrata, quero paz na eleição. Não pode uma falsa discussão se tornar uma guerra. Se as pessoas não forem votar, não é por falta de ônibus – afirmou.

Frente Nacional aciona STF sobre gratuidade nos ônibus

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne gestores de todas as capitais e dos municípios com mais de 80 mil habitantes no país, entrou com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, para defender a garantia do transporte público gratuito a todos os eleitores brasileiros neste domingo de eleições. O documento foi encaminhado pelo presidente da entidade e prefeito de Aracaju, no Sergipe, Edvaldo Nogueira Filho.

Além disso, em ofício enviado ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, a FNP solicitou que os custos do subsídio da tarifa decorrente da gratuidade no domingo, dia do primeiro turno da eleição geral, "sejam sustentados por recursos da Justiça Eleitoral, em valores proporcionais ao número de eleitores".

A entidade, a qual congrega prefeitos de 415 médias e grandes cidades em todo país, alega que os custos não devem recair sobre os já "pressionados orçamentos municipais", nem tampouco sobre os usuários. Por isso, conforme a FNP, seria preciso contemplar tal custeio como "despesa legítima do processo eleitoral".

Na representação apresentada ao STF, os prefeitos argumentam que os sistemas de transporte público enfrentam grave crise de financiamento, acentuada pela pandemia da covid-19, o que promoveu um desequilíbrio ainda maior nas finanças relacionadas ao serviço.

O documento protocolado pela Frente aponta que a medida pleiteada busca evitar o colapso dos serviços de transporte e destaca que os municípios estão cada vez mais sobrecarregados pelos custos das tarifas. "Vale ressaltar que o financiamento do sistema de transporte coletivo urbano brasileiro é majoritariamente dependente das receitas tarifárias. Desenho que onera principalmente os mais pobres, que acabam sustentando, inclusive, os custos decorrentes dos benefícios concedidos por leis", define a FNP.

A entidade pede, ainda, que a frota disponibilizada seja semelhante aos dias úteis, "evitando-se superlotação e dificuldades para o eleitor exercer seu dever". O custo estimado da operação de transportes no domingo para a Justiça Eleitoral, conforme a FNP, seria de R$ 165 milhões.

Incremento

Em Porto Alegre, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) anunciou que 26 linhas de ônibus serão ativadas especialmente para este domingo. Serão 163 linhas ativas para atender a uma estimativa superior a 5,6 mil deslocamentos.

Justiça define benefício para Canoas e Pelotas

Decisões judiciais proferidas ontem estabeleceram a aplicação do direito ao passe livre nos ônibus, neste domingo de eleições, para eleitores de Canoas e Pelotas. A exemplo do que ocorreu na Capital, a Defensoria Pública do Estado também ajuizou ações no Judiciário para garantir o acesso ao transporte gratuito para o eleitorado destes dois municípios.

Em Pelotas, a 4ª Vara Cível, especializada em Fazenda Pública, considerou procedente o pedido da Defensoria Pública e determinou que os coletivos do município operem sem cobrança de passagem neste 2 de outubro. Na Região Metropolitana, a 1ª Vara Cível da Comarca de Canoas também aceitou o pedido de liminar em caráter de urgência solicitado pela Defensoria.

Nos dois municípios, as prefeituras poderão recorrer das decisões. A Defensoria Pública ajuizou também ações semelhantes para garantir o passe livre no transporte público nas cidades de Santa Maria e Porto Alegre.

Na Capital, embora a ação continue tramitando na 7ª Vara de Fazenda Pública, a gratuidade nos ônibus deverá ser garantida por meio de um decreto, decorrente de acordo firmado ontem entre a prefeitura, a Câmara municipal e o Ministério Público.

Essas cidades estão entre os maiores colégios eleitorais do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, que também é um dos municípios com o maior número de eleitores, terá gratuidade no transporte municipal, por decisão da prefeitura.

Como argumento nas ações, a Defensoria sustenta que a falta de gratuidade restringe, ainda que indiretamente, o direito de acesso ao voto pelos eleitores, principalmente da camada mais pobre da população, que já sofre com a alta no custo de vida.

A instituição orientou os defensores públicos para que, em suas cidades, fiscalizem e eventualmente questionem judicialmente a mesma questão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Transporte na Capital

Copyright © Clipclap 2025.